

RECENSÕES

CALEIDOSCÓPIO

Cees Hamelink, *The Ethics of Cyberspace*, SAGE Publications, 2000

João Matela

O Direito de Ser Digital

Socratic education provides the future citizens of CyberSpace with a techno-scepsis that empowers them against both the frivolous declaration of the «digiphiles» and the desperate scenarios of the «digi-phobes»

Cees Hamelink, *The Ethics of Cyberspace*

Buying a computer would cost the average Bangladeshi more than eight years' income, compared with just one month's wage for the average American.

UNDP, 1999

É realista esperar que as sociedades saibam conduzir um diálogo ético (na formulação, por exemplo, de Habermas) sobre as escolhas tecnológicas que se lhes deparam? Ou o inelutável «progresso» confere à ética tão-só a desconcertante eficácia de uns travões de bicicleta aplicados num avião a jacto («The Ethics of Cyberspace» – TEOC, p. 9), deixando-nos, virtuais herdeiros de Prometeu, à mercê da cólera de Zeus?

Reconhece-se a urgência de uma responsabilidade moral que a «cultura tecnológica» impõe às sociedades democráticas, a propósito das questões relativas às «ciências da vida» (aborto, eutanásia, clonagem...) ou suscitadas pelas «ciências do virtual» (privacidade, segurança, ciber-pornografia...). O problema reside, nesta como noutras áreas, em traduzir a reflexão ética num agir consequente, escapando à lógica de um exercício *ex-post* – decisões

primeiro... – que vem conformando (e ilibando) tal reflexão. De resto, a angústia que nos acompanha não é nova...

Este dilema fundamental atravessa as propostas que Cees Hamelink, professor de comunicação na Universidade de Amsterdão e editor do jornal de estudos sobre comunicação *Gazette*, nos apresenta em TEOC. Aparentemente, estaríamos confinados aos estreitos limites de uma outra ética aplicada, por via da fragmentação que vem atingindo, na ausência de respostas globais, os domínios do saber e do agir contemporâneos. Todavia, a impressão é passageira. A perspectiva de Hamelink, sem obliterar panfletariamente a validade do manifesto, assenta na análise das linhas de força das sociedades modernas e no impacto (termo controverso, assinale-se) das novas tecnologias da informação e da comunicação (NTIC).

Boom versus Doom

As questões de fundo, em TEOC, assumem claramente uma natureza política, económica e social. Hamelink reconhece e analisa «o formidável poder» que estrutura e organiza a «nova ordem mundial», invisível nos rostos ou visível nos desígnios – FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio, G-7, as *big corporations*... – que curiosamente combinariam uma concentração de poder sem precedentes com um «chocante paroquialismo (p. 173)». E também a oposição multifacetada que esse poder vai globalmente ateando, actualização dos sempiternos conflitos entre os «nós» e os «eles», agora na versão pós-Comunismo. O autor recusa, aliás, o dualismo subjacente: de um lado, pretensamente des-ideologizado, «the boom scenario», a celebração da «nova civilização» e da «sociedade do conhecimento», enfatizando uma «descontinuidade histórica como consequência maior dos desenvolvimentos

RECENSÕES

CALEIDOSCÓPIO

tecnológicos» (p. 22); do outro lado (the «doom» scenario), a rejeição dessa descontinuidade e o reafirmar do papel das NTIC na manutenção das disparidades sócio-económicas, das desigualdades de poder político e do fosso entre as elites, que têm acesso ao conhecimento, e aqueles que não têm essa possibilidade. Para Hamelink, no entanto, as potencialidades das NTIC (de todas as tecnologias) são ambivalentes: podem induzir mudanças positivas ou ter custos sociais pesados. E o problema, acrescenta, é que a realidade empírica parece não confirmar completamente nem um nem outro cenário.

Entre a utopia e a distopia, que fazer nesta confusa «paisagem digital»?

Aos Estados vai restando um papel pouco mais que residual na definição da «nova ordem», mesmo que *intra-muros*: à erosão da coisa pública corresponde a soberania do privado, a crença (a um tempo «libertária e conservadora») no primado do económico sobre o político, do mercado sobre os cidadãos, das pequenas oligarquias de negócios sobre o ideal democrático. O triunfo deste pensamento único tem, na sua vertente social, uma sobranceira convicção darwinista sobre o dever dos povos num mundo desprovido de fronteiras: «*aqueles que não vingam no mercado só têm de basicamente culpar-se a si próprios pelas suas incapacidades*» (p. 173).

Tal estado de coisas vai a par, curiosamente, da proliferação e da reivindicação exaltada de mecanismos e de princípios de auto e hetero-regulação, da imposição de códigos de conduta ou de *netiquetas*, os quais, segundo Hamelink, apenas revelam a incapacidade de as abordagens éticas convencionais (de assinatura deontológica ou utilitarista) resolverem as perplexidades ocasionadas pelas novas tecnologias. «*Os princípios morais – em situações de escolha difícil – não fornecem orientação para a tomada de decisões inequívocas e consensuais*» (p. 4).

Não é surpresa que a governação do Ciberespaço – termo inventado por William Gibson, em 1981, para descrever um «*espaço geograficamente ilimitado, não-físico, onde, independente do tempo, do espaço e da localização, ocorrem transacções entre pessoas, entre computadores e entre pessoas e computadores*» (p. 9), se tenha transferido para o regime próprio de alguns restritos fora comerciais e económicos mundiais, dado o crescente valor económico das redes de comunicação e da prestação de serviços de informação em causa. Daqui resulta, para Hamelink, a minimização da capacidade de intervenção pública e a concomitante maximização da liberdade das forças de mercado. A tendência generalizada é, pois, submeter o cidadão ao consumidor: que interesse têm as NTIC em oferecer ao primeiro um fórum para a troca e interacção políticas se podem prestar ao segundo valiosos serviços comerciais (p. 172)?

Ora, o processo a que assistimos é, por natureza, forte obstáculo à «boa governação do Ciberespaço»: trata-se de uma «globalização-a-partir-de-cima», sem a correlativa aceitação de uma responsabilidade global (como e a quem são prestadas contas?), controlada pelas maiores «business corporations», pelos mais poderosos estados industriais e pelas suas elites políticas e intelectuais, muitas vezes com o generoso apoio dos «grandes magnates dos media» (p. 173).

«*A realidade política mundial não é muito encorajadora para aqueles que adoptam uma perspectiva igualitária*» (p. 174): torna-se difícil mobilizar forças contra uma ordem mundial que faculta um acesso desigual aos seus próprios recursos e que, desse modo, vai cavando um fosso maior entre ricos e pobres – «*knowledge-rich and knowledge-poor nations and individuals*» (p. 175).

Todo o poder às redes

Ainda assim, poderemos nós contrapor a uma «globalização-a-partir-de-cima» uma «globalização-a-partir-de-baixo»? A resposta de Hamelink, afirmativa, é, afinal, simples. A chave de inversão do processo, no sentido de uma «ordem social e internacional igualitária e democrática», pode ser encontrada numa sociedade civil mundial – «*vibrant, active, self-mobilizing world civil society*» (p. 175).

A esperança de Hamelink reside no novo tipo de acção política que se vai consolidando a partir das actividades ao nível local que podem ser pensadas globalmente, sobre os temas do desenvolvimento, dos direitos humanos ou ambientais. O lema será: agir local, pensar global. Esta conjugação de níveis diferentes (para a qual os japoneses encontraram o neologismo *glocalizar*), potenciada pelo aumento da ligação em rede e da cooperação, significa a real emergência de uma arena política mundial em que entram em cena as instâncias locais, em diferentes graus de legitimação ou institucionalização, ultrapassando muitas vezes o modelo convencional das relações políticas nacionais ou internacionais. Neste processo, «*à globalização do local contrapõe-se a comunidade local que se torna global*» (p. 175).

Mas, o processo será tudo menos fácil ou linear, conforme reconhece Hamelink. Ele pressupõe, do nosso ponto de vista, uma redefinição dos modelos clássicos de representação e de legitimação dos sistemas políticos democráticos – cuja crise paira como um espectro sobre o Ocidente – e das próprias regras de constituição e funcionamento das instituições internacionais. É impossível pensar, para citar o exemplo do autor, na participação, em diversos fora mundiais (UNESCO, OCDE, OMC, ITU, WIPO...) das chamadas Organizações Não Governamentais (ONG), enquanto representantes de um qualquer interesse público, sem acorrer às com-

plexas questões de fundo (e mesmo logísticas) que desde logo se adivinham.

As exigências de maior e mais activa participação cívica na definição e condução das políticas globais podem convocar, por outro lado, uma ideia «romântica» de sociedade civil (termo já de si ambíguo) que a realidade está longe de confirmar – noutras narrativas similares, eventualmente mais *sólidas*, os protagonistas sempre acabaram por dissolver-se no ar. Como afirma Hamelink, a sociedade civil não é nem intrinsecamente «boa» nem «homogénea». Os seus interesses são heterogéneos, muitas vezes exclusivos e não necessariamente coincidentes com os princípios de uma governação democrática.

A proposta enunciada em TEOC tem, contudo, as virtudes do «médio alcance» que fixa nas suas premissas: é aberta e realista na sua utopia do senso-comum político. Nem revolucionária nem conservadora, espécie de «terceira via» em que cabe toda a imaginação das redes. Onde se lia Povo ou Proletariado, leia-se agora toda a complexidade do Mundo. Face à conspiração que vem de cima, organize-se a conspiração que vem de baixo. Info-excluídos de todo o Mundo, uni-vos!

Mais: Hamelink só poderia transcender o objecto que lhe serve de mote – o Ciberespaço e a democratização das escolhas que aí se perfilam. Certo: o direito de comunicar, de acesso aos grandes media, às redes, às fontes de informação e a outros instrumentos, o direito de participação e de compreensão das decisões que dão forma às políticas técnico-científicas. É subversivo q.b., o que já não surpreende nos tempos que correm. Mas, a boa governação do Ciberespaço não vem antes, durante ou depois de qualquer coisa. Nem é sequer um cenário provável, que os pessimistas poderão finalmente vir a descobrir que tinham razão (já a têm, face à «velha ordem mundial» que persiste). Há alguns anos, seria possivelmente pre-

RECENSÕES

CALEIDOSCÓPIO

texto para abrir outra «frente de luta». Hoje, retoma a bandeira que sempre esteve lá. Na consciente debilidade das suas proclamações, no trivial caminho que sugere, este livro configura uma espécie de retorno ao pensamento radical, à mais simples dimensão da actividade e do pensamento humanos: *é a polític@, estúpido!*